



Entre os conteúdos citados estão vídeos sobre a Praça do Triunfo

Justiça manda Prefeitura de SP retirar posts sobre Tarcísio

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) determinou que a Prefeitura da capital retire das redes sociais publicações sobre ações realizadas com o governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos). A liminar atende a um pedido da coligação de Fernando Haddad (PT), que apontou publicidade institucional em período vedado pela legislação eleitoral. Entre os conteúdos citados estão vídeos sobre a Praça do Triunfo, o Residencial Ipê e a Linha 17-Ouro do Metrô. A decisão chegou a fixar prazo de 24 horas para a remoção e multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento. A juíza Domitila Manssur não analisou, nesta etapa, se houve abuso de poder ou uso indevido dos meios de comunicação. Ricardo Nunes (MDB) afirmou que recorrerá. A Prefeitura disse que aguardava notificação oficial.

CCJ avaliza 36 projetos de saúde e segurança

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de São Paulo aprovou pareceres de legalidade para 36 dos 44 itens analisados nesta quarta-feira (2). Oito foram adiados. Entre as propostas que avançaram estão a atuação de agentes da Operação Delegada contra ruídos de festas irregulares e a inclusão da pessoa com deficiência no nome da Comissão de Saúde. Também seguiram projetos contra a violência política de gênero e raça e de criação do programa Farmácia Solidária na capital paulista.



Também seguiram projetos contra a violência política de gênero

Comissão avança veto a grampos em embalagens

A Comissão de Saúde da Câmara de São Paulo aprovou parecer favorável ao projeto que proíbe grampos metálicos em embalagens de alimentos para entrega. A proposta determina o uso de materiais adequados ao contato com a comida para reduzir riscos de acidentes e contaminação. O colegiado também destacou a campanha Setembro Verde, voltada à inclusão de pessoas com deficiência e ao incentivo à doação de órgãos e tecidos, e indicou representantes para o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres.

Câmara homenageia profissionais de educação

A Câmara Municipal da cidade de São Paulo realizou uma solenidade em homenagem ao Dia do Profissional de Educação Física. O evento ocorreu na terça-feira (1º), data que marca a sanção da lei federal que regulamentou a profissão no país, em 1998. A cerimônia foi promovida pelo na Casa pelo vereador George Hato (MDB), em parceria com o Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região.

Congonhas sob debate

A Comissão de Trânsito da Câmara de SP aprovou a realização de uma audiência pública sobre a poluição sonora provocada pelas operações do Aeroporto de Congonhas. O debate deverá abordar impactos do ruído de pousos, decolagens e sobrevoos na rotina e na saúde dos moradores da região, além de reunir pessoas do poder público.

Futuro do Telefunken

O colegiado autorizou uma audiência pública para discutir a criação do Parque Telefunken, na zona sul. A área está localizada entre as avenidas Miguel Yunes e Nossa Senhora do Sabará e possui remanescentes de Mata Atlântica. O encontro deverá avaliar a preservação ambiental do terreno e ouvir moradores, entidades e órgãos municipais.

Destaques do mercado

A Câmara de SP sediou, na quarta-feira (2), a entrega do Prêmio Marketing e Agências Destaques 2026. A cerimônia reconheceu profissionais e empresas ligados às áreas de marketing e comunicação. A iniciativa foi promovida por Edir Sales (PSD), em parceria com a Escola Brasileira de Empreendedorismo, e ocorreu nas dependências da Câmara.

Setor reúne talentos

O evento reuniu lideranças empresariais, comunicadores, especialistas em marketing e artistas representados por agências. A programação foi voltada ao reconhecimento da atuação de profissionais e organizações do setor. A solenidade também aproximou representantes de diferentes segmentos da comunicação e do mercado corporativo.

SME terá de explicar

A Comissão de Educação da Câmara de SP aprovou pedidos de informações à Secretaria Municipal de Educação sobre possíveis mudanças em escolas. Os requerimentos tratam da reorganização das etapas de ensino nas EMEFs João Cândido, Professor Linneu Prestes e Arquiteto Luís Saia, além da situação estrutural da EMEF Monteiro Lobato.

Cultura ganha espaço

O colegiado aprovou o projeto que cria o Programa Museu de Arte de Rua, de incentivo da arte urbana na capital. Também avançou a proposta que inclui o Dia do Catador de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. O vereador Celso Giannazi foi escolhido para integrar a comissão do Prêmio Heitor Villa-Lobos, de educação musical.



Prefeito de São Paulo em evento do Republicanos na capital

Justiça intima Nunes por vagas destinadas a idosos

Decisão cobra acolhimento de pessoas vulneráveis em unidades adequadas

Da **Redação**

A Justiça de São Paulo determinou a intimação pessoal do prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o bloqueio de R\$ 30 mil em ativos da Prefeitura. A medida foi adotada após o município deixar de apresentar informações sobre o cumprimento de uma decisão que previa a criação de vagas para idosos em situação de vulnerabilidade.

O caso envolve pessoas que permanecem internadas em hospitais municipais mesmo após receberem alta médica, por não terem condições familiares, financeiras ou sociais para deixar as unidades. A determinação foi expedida em uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público de SP.

Em março de 2025, a 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo ordenou que a administração municipal disponibilizasse, em até 90 dias, pelo menos 30 vagas em Instituições de Longa Permanência para Idosos de grau III. Esse tipo de unidade atende pessoas que necessitam de assistência contínua para realizar atividades diárias.

O município também deveria oferecer outras 30 vagas no prazo de 180 dias. Além disso, a Justiça estabeleceu um período de 60 dias para que a Prefeitura apresentasse uma relação no-

minal dos idosos mantidos em hospitais ou leitos de retaguarda por questões sociais.

A administração municipal foi comunicada sobre a decisão ainda em março de 2025. O processo transitou em julgado em maio daquele ano, quando foram encerradas as possibilidades de recurso naquela etapa. Segundo os autos, entretanto, a lista solicitada não foi entregue dentro do prazo estabelecido.

Sem as informações, a Justiça afirmou não ser possível verificar se as vagas foram efetivamente disponibilizadas e se os idosos hospitalizados receberam encaminhamento adequado. Diante disso, determinou o bloqueio de recursos públicos e a intimação do prefeito para que a ordem seja cumprida.

A Procuradoria-Geral do Município informou que ainda não tinha conhecimento formal da nova intimação. Já a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social declarou que analisará as medidas jurídicas possíveis depois de ser oficialmente notificada.

A pasta afirmou que a determinação de acolhimento está sendo executada. Segundo a Prefeitura, parte dos idosos já foi transferida. Outros estão em processo de encaminhamento. O município diz ter implantado uma instituição com 60 vagas e equipe multiprofissional.